

Educação e democracia

VICENTE BARRETTO

13 ABR 1995

O grande satirista romano, Juvenal, ao analisar os vícios, abusos e hipocrisias da sociedade romana do seu tempo, perguntava em seu famoso livro, **Sátiras**, quem iria guardar os próprios guardas. No fundo, a pergunta que todo regime democrático procura responder, no final do século XX, é a mesma feita por Juvenal há quase dois mil anos. Quem irá controlar aqueles que controlam a sociedade? O desafio para as democracias contemporâneas não consiste, precisamente, no estabelecimento de controles eficientes sobre os governantes?

Quando se fala, entretanto, em controle do Estado pensamos naturalmente no controle político dos governantes através da representação política. O jogo do processo legislativo parece esgotar os instrumentos de limitação e controle político dos governantes. Fora da esfera do controle político *stricto sensu* existe uma vasta área, onde a discricionariedade governamental é exercida, principalmente, através de órgãos burocráticos, legitimados pelos atos de nomeação.

Quando, então, o governo federal convoca a comunidade acadêmica para debater uma nova política universitária, a ocasião somente pode ser festejada como sendo um avanço. Percebe-se que o espírito da democracia começa a vicejar nos centros decisórios, ainda

que o discurso não venha sempre acompanhado pela prática. Isto significa que não é suficiente o governante proclamar-se aberto ao diálogo — condição, aliás, necessária para a prática da gestão democrática —, mas sim ser necessário a criação de instrumentos institucionais que assegurem o controle, por parte da sociedade civil, da atividade

guns vícios do sistema universitário brasileiro, estão sendo tomadas, através de medidas provisórias, pergunta-se onde se encontra a prática democrática? No discurso, certamente, mas não no terreno do prático-prático.

A própria proposta governamental mostra algumas incongruências, que refletem as dificuldades em legislar-se so-

O DESAFIO PARA AS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS É O ESTABELECIMENTO DE CONTROLES EFICIENTES SOBRE OS GOVERNANTES

administrativa do governo.

Nesse sentido é que se pode afirmar que o exercício da democracia na sociedade de massas contemporânea implica em algo mais do que a representação política formal; supõe espaços de participação de grupos e pessoas nos processos decisórios, sem prejuízo da atividade exercida pelos representantes políticos da Nação. Trata-se, talvez, de adensar os canais de representação face ao Estado, fazendo com que as políticas públicas reflitam a opção eleitoral e possam ser implementadas dentro de parâmetros controlados pela sociedade.

Quando, então, a comunidade acadêmica é informada de que medidas, corrigindo al-

bre determinados assuntos, como a educação, sem que haja, previamente, um amplo debate público. O governo termina passando a impressão de que, ao mesmo tempo, quer e não quer. Defende, por exemplo, a necessidade do controle de qualidade dos cursos universitários, apontando com propriedade que o corporativismo vigente nas universidades públicas brasileiras constitui o principal entrave para a melhoria de sua produtividade; o exame do projeto do governo abre o flanco, entretanto, para a consagração institucional desse vício político.

A idéia de dividir o Conselho Nacional de Educação, entre um de ensino básico e ou-

tro de ensino superior, é um primeiro passo no sentido de caminharmos para a divisão do próprio ministério, o que corresponderá a uma melhor e mais nítida distribuição de funções e verbas. A forma de escolha dos conselheiros, no entanto, caminha na direção contrária ao espírito reformador da proposta, pois atribui às entidades representativas a escolha dos conselheiros, que deverão definir a política do ensino superior.

Trata-se, no fundo, de uma falácia sobre um argumento aparentemente democrático, a que virá, precisamente, assegurar as práticas corporativistas que o governo pretende acabar. Isto porque o presidente da República, ao nomear os membros do Conselho Nacional de Educação, deve escolher educadores comprometidos com o projeto político consagrado nas urnas, e não subordinar a formulação da nova política educacional a grupos de interesse, que o próprio governo reconhece como sendo os maiores entraves à implementação de seus compromissos político-eleitorais.

O AUTOR

Vicente Barretto é professor nas universidades Gama Filho e do Estado do Rio de Janeiro



JORNAL DA TARDE